

POSSE, COMÉRCIO E CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS A PARTIR DAS OBRAS CIRCULANTES ENTRE 1747 A 1823

Flávio Pereira Costa Júnior¹

*Posse, comércio e circulação de impressos a partir das obras circulantes entre 1747 à 1823*² é o tema de nossa pesquisa e tem apresentado importantes informações sobre a história do Maranhão e a relação colonial com Portugal, no caso, a partir dos impressos que vinham da Metrópole para a colônia. Os documentos trabalhados são da AHU³ e tratam majoritariamente de obras permitidas pelo governo Português destinadas ao Maranhão, mas alguns discorrem questões acerca da censura e comentários sobre os impressos.

A vinda de impressos para a América lusitana na temporalidade analisada neste trabalho indica a relação política e econômica entre metrópole e colônia. “Desde a segunda metade do século XVIII, a circulação de livros no Brasil se fazia presente de maneira expressiva, sobretudo pelo processo de importação.” (SOUZA, 2008, p. 23) Destarte se dá por que a coroa portuguesa não permitia a impressão de livros em suas colônias.

No Brasil, entretanto, assim como em grande parte das demais colônias portuguesas, a atividade tipográfica não era permitida no século XVIII. O medo dos impressos, que poderiam ser usados como instrumentos de difusão de idéias subversivas ou heréticas, levava à proibição de equipamentos tipográficos nas colônias, controlados por autoridades político-religiosas. *Os habitantes da América portuguesas que soubessem ler, caso desejassem adquirir um livro impresso, necessariamente recorriam ao material importado*, que, entre outras formas de entregar, poderia chegar por meio de encomenda feita a um livreiro (SOUZA, 2008, p. 24, grifo nosso).

Esta realidade não difere no Maranhão como podemos analisar na documentação do AHU, sendo que da metade do XVIII e o primeiro quartel do século XIX, nota-se que as encomendas de livros, são por vezes realizadas com pedidos diretos para o governo português ou por vezes por um intermediário. O nosso objetivo nesta pesquisa é demonstrar que já havia uma prática de leitura e logo um comércio de impressos a

¹ Acadêmico do curso de história licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, orientado pelo profº Dr. José Henrique de Paula Borralho, bolsista de iniciação científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Esta pesquisa faz parte do Projeto CNPq: *Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1841)*, coordenada pelo professor Dr. Marcelo Cheche Galves e tem como Vice-coordenador o professor Dr. José Henrique de Paula Borralho.

³ Esta sigla usada neste trabalho se refere ao Arquivo Histórico Ultramarino.

partir do século XVIII, contraponto a uma historiografia tradicional que afirmava que isso só ocorre a partir do segundo quartel do século XIX.⁴ O fato é que não havia lugares destinados exclusivamente à venda de livros, mas como uma mercadoria comum poderia está no meio de outras, como alimentos, roupas e etc.

No Maranhão, os pontos de venda de livros e jornais podem ser mais facilmente observados a partir dos anúncios trazidos pelo *Conciliador*, primeiro jornal da província, que circulou a partir de abril de 1821. Em casas, lojas e boticas era possível encontrar uma importante variedade de impressos, de folhinhas de reza, porta e algibeira a autores clássicos, como Tito Lívio, Virgílio e Horácio; novos métodos de Gramática; a *Estatística histórico-geográfica*, de Antonio Bernardino Pereira do Lago; e jornais, folhetos e coleções de leis portuguesas elaboradas sob a nova ordem, agora constitucional. Havia também a possibilidade de encomendar livros, jornais e folhetos portugueses, serviço oferecido por Francisco José Nunes Corte Real, funcionário da Tipografia (GALVES, 2010, p. 59, grifo do autor).

Nos documentos analisados do AHU encontramos reflexões sobre obras, projetos de fazer bibliotecas e leis relacionadas à censura. Assim, notamos uma atividade intelectual no Maranhão, sobretudo na virada do século XVIII para o XIX, quando aumenta as encomendas de impressos.

No começo do período oitocentista, com a transferência da família real portuguesa para o Brasil⁵ há uma mudança nas relações políticos-culturais desta colônia portuguesa:

Como já é suficientemente conhecido, o caminho dos livros e a aventura da cultura letrada na América Portuguesa esteve por cerca de três séculos interditados por entraves jurídicos, políticos e religiosos, em razão dos dispositivos implementados pelo Estado monárquico português. *Todavia, com a transferência da Família Real para a sua colônia em 1808*, fruto do concerto europeu marcado pela expansão napoleônica e da aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha, *algumas travas do pacto colonial foram arrefecidas. Além da liberdade de comércio, foram adotadas algumas medidas que tiveram grande repercussão no campo da cultura* (SCHAPOCHNIK, 2008, p. 156, grifo nosso).

Neste momento, há um afrouxamento da censura, oportunizando a formação de lugares para a impressão no Brasil (outrora proibido), começando pela Imprensa Régia

⁴ “A pouca atenção dada a esse comércio pelos autores maranhenses pode estar vinculada às informações contidas na *Estatística*...elaborada por Antonio Pereira Bernadino Lago, em 1822. Nela, o autor atestou a inexistência de loja de livros na cidade de São Luís [...], informação repetida com a exaustão pelos que o seguiram.” (GALVES, 2010, p. 58-59, grifo do autor).

⁵ Por muito tempo se afirmou que a transferência da família real para o Brasil foi um ato improvisado para salvaguardar a dinastia lusitana da invasão napoleônica, mas um projeto de transladação da corte real para a colônia era uma questão que já havia sido pensado e discutido anteriormente a este episódio, porém com a invasão francesa este projeto foi oportunizado. (Cf. LYRA, 2000).

(1808). A criação da Biblioteca Real (1814) a partir de livros vindos juntamente com a corte portuguesa, (e que depois será a atual Biblioteca Nacional) é outro fator decisivo na transformação cultural da leitura no Brasil. No Maranhão o primeiro jornal a circular será o *Conciliador*, que terá os seus primeiros números transcritos a mão, até vinda da primeira imprensa para a província (FRIAS, 2001).

Para uma melhor compreensão dividimos este texto em três capítulos que foi a melhor maneira que encontramos para sistematizar o nosso estudo: *da comercialização de livros de agricultura e comércio, formação de bibliotecas na cidade de São Luís, e considerações sobre os impressos*.

Da comercialização de livros de agricultura e comércio

Não se verificaram, pelo menos nesta documentação, referências as obras de caráter ficcional⁶, que foram comuns na América Portuguesa (ABREU, 2008.; VILLALTA, 2000; 1999) . Mas são predominantes obras voltadas para a agricultura e o comércio, com títulos *Fazendeiro do Brasil*, *Memórias sobre a plantação de algodão*, *Curssos de-Estudos do Comercio e fazenda*, entre outros análogos⁷.

Em 1798 são mandados 90 livros que tratem “cultura, e manipulação do asucar”⁸, não são indicados a vendas destes, mas sim é informado para se “repartir” entre os “habitantes da cidade”. Já em 1799 são encaminhados para o Maranhão para ficar na casa do Correio de São Luís, 80 exemplares do *Mercúrio Britânico* (para ser vendido por 300r^s), 25 da *Memoria sobre a Plantasão de Algoduens* (por 120 r^s), 90 do 2º tomo do *Fazendeiro do Brazil* (por 1:000 r^s).⁹ É indicado também que foi feita a entrega à Secretaria do Estado ao Correio “com abrigação de pôr nesta Secretaria o produto total da dita venda, mal que estiver concluída”. Também no ano 1799 é confirmado o recebimento dos livros *Mercúrio Britânico*¹⁰. Em outro documento é atestado que foi mandado para a Casa do Correio 10 exemplares da obra intitulada

⁶ No entanto, Marcelo Cheche Galves em sua tese cita Villalta indicando que a partir de 1795 veio uma grande quantidade de romances para o Maranhão (2010, p. 27).

⁷ “Estudos dedicados ao Maranhão no período colonial reservam lugar de destaque para o papel da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1756, como dinamizadora das atividades de agro-exportação, principalmente relacionadas ao algodão e ao arroz” (GALVES, 2010, p. 38).

⁸ AHU, D. 8.019.

⁹ AHU, D. 8.242.

¹⁰ AHU, D. 8.386.

Curso d'Estudos par uso do Comercio e que foram remetidas através do navio do Correio-Marítimo Príncipe Real, para serem vendidos por 1\$200 r^s¹¹.

Há uma quantidade expressiva de livros para se vender no início do oitocentos em São Luís. No ano de 1800 são 883 livros e impressos¹², todos com seus respectivos valores, que totalizados somam 401\$400 r^s como vai ser indicado no próprio documento. Ademais pelo menos um exemplar de cada obra vai para a Secretaria de Estado. Seria para se manter uma biblioteca no lugar? A pesquisa ainda não indicou algo neste sentido.

Neste mesmo ano, Jozé Mariano da Conceição Velozo, a quem a historiografia ainda não deu conta, faz uma solicitação de impressos. Pela quantidade é evidente que é para ser vendido. Para tanto paga o preço de 24\$880 r^s. São ao todo 294 livros com a totalização do lucro 158\$850 r^s.¹³ Faz notar também que são livros diferentes daqueles que são pedidos no documento citado anteriormente.

Formação de bibliotecas na cidade de São Luís

O documento mais antigo analisado em nossa pesquisa é do ano de 1747¹⁴. Trata-se da chegada de livros da metrópole e são destinados a três lugares distintos: Maranhão, Pará e Angola. Ao que se referem ao Maranhão as informações são as seguintes:

Vinte L ^{os} em pasta de 4 mãos a 60400 r ^{cs}	
Cada hú importão	— — — — — 1280000
Desaseis destes em pergam ^o a 40800 Cada hú -	<u>760800</u>
Impostão aotodo	— — — <u>20 40800</u> ¹⁵

Não se dá para precisar se estes livros são referentes a impressos ou livros em branco destinados aos escrivães, que por vezes nos deparamos na documentação. Outro documento de 1778 tem como destino livros ao Maranhão, mas que fica claro que são em branco para os escrivães cumprirem suas funções.¹⁶

¹¹ AHU, D. 8.490.

¹² AHU, D. 8.698.

¹³ AHU, D. 8.803.

¹⁴ AHU, D. 3.060.

¹⁵ AHU, D. 3.060.

¹⁶ AHU, D. 5.010.

Em 1761 há outro ofício que trata da chegada de livros no Maranhão. São destinados à livraria da escola Nossa Senhora da Luz. Sendo que é assinada pelo rei.

VEx.^a me participa em Officio de 11 de Junho do=anno corrente â copia da Carta asignada pela Real mão á S. Mag.^e e derigido ao Bispo da Seé do Maranhão, em que [o] mesmo Sñor. [?]edia a Livraria que se achava no Collegio de Nossa Senhora da Luz daquela Cidade com as clausulas expressas na Sobredita Real Casa; e pela de VEx.^a fis certo em a-fazer executar, pela parte que metoca, na forma que S. Mag.^e me determina.¹⁷

Não fica claro do que se tratam estes livros, se são para compor uma biblioteca no dito colégio, ou se são estão disponíveis para a venda, já que o termo usado é livraria. Em outro ofício do mesmo ano se faz referência a esta doação, agora apresentando outras informações:

V. Mag.^e foi servido fazer-me saber em carta firmada pela sua Real Mão com data de onze de Junho do presente anno da doação que fez da livraria, e mais livros dispersos q' forão achados na casa de Santo Antonio de Alcantara da Cidade do Maranhão ao Collegio dos Nobres q' namesmacidade tem mandado erigir.¹⁸

Estas informações acima apontam para outras questões, como por exemplo, que caso é este de livros que foram achados na Cidade de Alcântara? De qualquer forma, está se formando uma biblioteca na cidade de São Luís. Destarte pode-se imaginar que tipo de livros há nestes “achados”, já que seria pouco provável que fosse de conteúdos fictícios, e que não fossem aprovados pelo governo e pela Igreja, pois são destinados a um colégio religioso. No caso de uma biblioteca, além de suas características benevolentes sempre destaca pelos intelectuais é igualmente fator de controle social por parte das autoridades, quando é formado um lugar próprio para a leitura.

Contudo positividade da leitura não gerava apenas discursos exaltativos em relação aos livros, aos leitores e às bibliotecas. *Afinal, ler em uma biblioteca implicava também no desenvolvimento de dispositivos de controle que faziam da leitura uma prática territorializadas e limitadas.* Daí as prescrições sobre as formas de trajar, os requerimentos, o número de títulos que poderiam ser solicitados e, especialmente, a possibilidade da leitura doméstica e a delimitação da natureza das obras que deveriam ou não ser incorporadas ao acervo da biblioteca (SCHAPOCHNIK, 2008, p. 165, grifo nosso).

Considerações sobre os impressos

¹⁷ AHU, D. 3.940.

¹⁸ AHU, D. 3.960.

A partir da documentação analisada podemos perceber uma reflexão dos indivíduos de suas épocas em relação aos conteúdos dos impressos. O texto possui sua inerente ambiguidade: a da autoridade do texto e a da liberdade de entendimento do leitor. (CHARTIER, 1998). Ademais, a censura colonial tenta homogeneizar os textos e até mesmo a leitura (VILLALTA, 1999).

A censura lusitana estava voltada não só para questões políticas, mas também religiosas.

O General do Estado me remeteo a Ley de dous de Abril de mil seis centos, secenta e Outo, pela qual hé S. Mag.^e servido mandar suprimir todos os exemplares, q' Athe agora serem introduzido, ou estampado nos Reynos de Portugal queimaram principal ou incidentemente da Bulla imullada da Cea do Snr. Para amandar publicar e observar nessa Cap-pitania.¹⁹

Este ofício de 1760 esta sendo diretamente assinada por Joaquim de Mello e Povoas, governador do Maranhão e meio irmão do Marquês de Pompal.

No “OFÍCIO do ouvidor Manuel António Leitão Bandeira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, tecendo considerações sobre o libelo intitulado ‘Diálogo’”.²⁰ Tem como assunto questões relacionadas ao libelo “pelo qual cabate e aniquila o Governo de Po|teio desta Colonia”, além de ir “de contra o Ex.mo e R.mo Bispo desta Cidade, eo Mestre de Campos| Joze Nunes Socyro.”

Um libelo é um livro que dá pra levar no bolso, logo facilmente transportado por qualquer pessoa (CHARTIER, 1998, p. 8). Neste texto é caracterizado como herético, já que contaria a história de Jesus Cristo, de forma que desaprova a Igreja.

Luiz Carlos Villalta cita outro caso, que é o da denúncia feita por João Pedro Gomes contra Aires Carneiro Homem, “sargento-mor das tropas auxiliares (patente que, como se sabe, era geralmente conferida a pessoas idosas de projeção local), casado, natural de Portugal, morador no Maranhão, na América, em 1779.” (VILLALTA, 2006: 264-265). Este possuía uma obra do Cândido de Voltaire²¹ e a acusação alegava que ele era herético “duvidava dos Evangelhos, do mérito dos santos e de quem os canonizara, das indulgências, dos pontífices, dos padres, dos jesuítas, do Santíssimo Sacramento (VILLALTA, 2006: 264-265).

¹⁹ AHU, D. 4.271.

²⁰ AHU, D. 5.929.

²¹ Nesta novela há uma crítica direta a monarquia e a sociedade portuguesa, sobretudo pelos seus aspectos supersticiosos (Cf. VOLTAIRE, 2004).

Indivíduos como Aires Homem “ficam” na história justamente por ter infringido as normas de sua época, já que são elaborados documentos contra o mesmo (pelas autoridades e no caso do Brasil e Portugal pela Santa Inquisição), os historiadores poderão se valerem de tais documentos como fonte de pesquisa, de forma que, curiosamente se não tivesse tais “acusações” provavelmente não haveria vestígios deste tipo de indivíduos, como é o caso de Aires Homem (BARROS, 2004).

Em outro caso as obras também são comentadas por seus leitores, no caso podemos ver a leitura de D. Rodrigo de Souza Coutinha, e a sua opinião sobre a obra:

Ainda que á presa li a tradussão da Obra sobre a Architetura Naval, a qual VEx.^a remetteo em Carta de 10 de Dezembro do año passado ameu Antecessor pelo Correyo Maritimo: A-cheya muito sientifica; mas parece-me que apozição das Letras, mesmo alguàs de sucçoens dafig. 2.^o precizão corresão.
Deos Guarde a VEx.^a S. Luiz do Maranhão 5 de Março de 1799%
Ill.^{mo} eEx.^{mo} S.^{or} D. Rodrigo deSouza Coutinho.²²

Ao longo das duas primeiras décadas do séculos XIX, notamos diversos tipos de comentários sobre os impressos no Maranhão. Em 1803 o ofício de Manuel Antonio Leitão Bandeira para o secretário de estado da marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, relata algumas reflexões “histórico-filosóficas” acerca das monarquias. Manuel Leitão Bandeira demonstra sua erudição discernindo sobre modelos políticos em vários momentos da história.²³

No ofício do governador e capitão-general do Maranhão, António de Saldanha da Gama, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, tem como assunto sobre a chegada à capitania de um livro intitulado “Alegação Jurídica”, que trata da organização dos bispados localizados ao sul do Cabo Bojador. Este comenta a cobrança dos dízimos pela Coroa.²⁴

No ofício de Antonio Belfort para o visconde de Anadia, remete uma demonstração da dimensão da circunferência fundada em um teorema.²⁵ Já em outro documento continua suas teorias com o titulo de “Ofício do Antônio Belfort para o secretario de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter uma Nova Demonstração da Perfeita Dimensão da

²² AHU, D. 8.259.

²³ AHU, D. 9.673.

²⁴ AHU, D. 10.163.

²⁵ AHU, D. 10.214.

Circunferência fundada na Razão e no Teorema.”²⁶ Este demonstra com bastante erudição de conhecimentos matemáticos.

Conclusão

Até o presente momento pudemos perceber que era significativo o consumo de obras no Maranhão colonial. Sendo que devido à censura da metrópole, não era permitidas máquinas de impressão na colônia, destarte as obras impressas eram importadas diretamente de Portugal. Esta realidade vai ser modificada com a chegada da família real no Brasil (1808). No Maranhão o primeiro jornal será o Conciliador (1821), seus primeiros números eram transcritos a mão e logo depois será feita uma Tipografia em São Luis, e quando será impresso.

Nos documentos analisados não podemos ver muitos impressos de caráter ficcional ou filosófico, mas majoritariamente voltadas para a agricultura e para o comércio respectivamente. Isso é evidente por se tratar de uma região que vai somente possuir manufaturas a partir da metade do século XIX, sendo o Maranhão ao longo de sua história essencialmente agrícola.

Mas é significativo o número de obras vinda para São Luís, contrapondo esta documentação aos autores da historiografia tradicional maranhense que afirmavam que antes da década de 1840 a cidade não tinha nenhum fluxo intelectual, por não ter circulação regular de livros e impressos na cidade. Isso foi reafirmado pelos “visitantes europeus” do começo do século XIX, ao deixarem seus relatos, constataram que não havia na cidade lugares para a comercialização de livros. Isso é um fato parcial, pois deveras não havia este espaço específico, mas não implicava a ausência total deste tipo de comércio, pois notamos que os livros eram vendidos com outros produtos, em boticas e lojas, juntamente com alimentos e roupas, por exemplo. Além de estarem sendo comercializados, como vimos em uma das documentações, no Correio da Cidade.

²⁶ AHU, D. 10.231.

Referências

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU, D. 3960
 AHU, D. 4.271
 AHU, D. 5.010
 AHU, D. 5.929
 AHU, D. 8.019
 AHU, D. 8.242
 AHU, D. 8.259
 AHU, D. 8.386
 AHU, D. 8.490
 AHU, D. 8. 698
 AHU, D. 8.803
 AHU, D. 9.673
 AHU, D. 10.163
 AHU, D. 10.231

Bibliografia

ABREU, Márcia. Cultura letrada: literatura e leitura. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

_____. (org.). Trajetória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidade e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARR, E.H. Que é história? São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo : Ed. UNESP, 1998.

_____. Inscrever & apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRIAS, J.M.C. Memória sobre a tipografia maranhense. São Paulo: Siciliano, 2001.

GALVES, Marcelo Cheche. Ao Público sincero e imperial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826), Niterói, 2010 – Tese (doutorado em história)- UFF, 2010.

GODÓIS, Antônio B. Barbosa de. História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal – 2.ed.- São Luis: AML/EDUEMA , 2008

IPANEMA, Cybelle de; IPANEMA, Marcello de. Silva Porto: Livreiro na corte de D. João, editor na independência. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. O império em construção; Primeiro Reinado e Regência. São Paulo: Atual, 2000. (Discutindo a História do Brasil).

MEIRELES, Mário M. História do Maranhão. São Paulo: Siciliano, 2001

VILLALTA, Luiz Carlos. 1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando séculos)

_____. Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Uso do Livro na América Portuguesa. 1999. 443 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Romances e leitura proibidas no mundo Luso-brasileiro (1740-1802). In: ABREU, Márcia. Cultura letrada: literatura e leitura. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

ROCHA, Ruth. Minidicionário Ruth Rocha. São Paulo: Spipione, 2001.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas e gabinetes de leitura brasileiros. In: ABREU, Márcia (org.). Trajetória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

SOUZA, Simone Mendonça de. “SAHIRAM À LUZ”: livros em prosa de ficção publicados pela impressão régia do Rio de Janeiro. In: ABREU, Márcia (org.). Trajetória do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

VOLTAIRE. Cândido ou O Otimista. São Paulo: Martin Claret, 2004.